

RELATÓRIO

de RECOMENDAÇÕES

CUIDANDO DE QUEM CUIDA



**BELO
HORIZONTE**
PREFEITURA



Relatório de Recomendações

Projeto

Cuidando de quem cuida - Caminhos para novos projetos de vida e futuro para as cuidadoras familiares do PMC, SPEPDI e SPSPD.

Ficha Técnica

Realização

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos - SMASDH
André Abreu Reis

Diretoria de Políticas de Cuidados - DPOC

Bárbara Vieira Souto
Leandra Cristina de Oliveira Costa
Shirly Ferreira de Souza
Simone de Souza Pegoreti

Organização da Sociedade Civil parceira

Associação de Pais e Amigos de Excepcionais - APAE

Parceiro na execução do Projeto

Coletivo Articulando Redes

Supervisão técnica

Márcia Mansur Saadallah
Thais Natiele Bessa de Miranda
Isabela Marinho Maciel

Execução

Adriana Azevedo
Ana Paula Ferreira
Daniela Marques
Larissa Cecília dos Santos
Rayane Almeida
Tamara Franklin

Redação

Isabela Marinho Maciel
Márcia Mansur Saadallah
Thais Natiele Bessa de Miranda

Revisão

Simone de Souza Pegoreti

Fotografias

Coletivo Articulando Redes

Diagramação

Isabela Marinho Maciel

Agradecimentos da Diretoria de Políticas de Cuidado

A realização do Projeto Cuidando de Quem Cuida foi possível graças à construção de uma rede de colaboração comprometida com o reconhecimento das necessidades, experiências e direitos das pessoas que assumem, no cotidiano das famílias, responsabilidades de cuidado.

Nosso agradecimento especial às **cuidadoras familiares** que aceitaram o convite para participar dos encontros e compartilharam, com confiança e generosidade, suas experiências, sentimentos, desafios, saberes e trajetórias. Cada encontro nos permitiu conhecer um pouco mais sobre as diferentes experiências e reafirmou a importância de reconhecer e acolher as necessidades de quem, cotidianamente, dedica tempo, atenção e afeto ao cuidado de outras pessoas. Suas histórias, reflexões e contribuições deram sentido ao projeto e trouxeram aprendizados fundamentais para seguirmos construindo ações que considerem não apenas as necessidades das pessoas cuidadas, mas também de quem cuida.

Registramos nosso agradecimento à Subsecretaria de Assistência Social, em especial à Diretoria de Proteção Social Básica e à Diretoria de Proteção Social Especial de Média Complexidade, pela parceria, interlocução e apoio à realização do projeto, fundamentais para sua construção e desenvolvimento junto às diferentes provisões socioassistenciais.

Agradecemos também às unidades do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, às coordenações e equipes, que tiveram papel fundamental na mobilização das cuidadoras familiares e na viabilização de sua participação. A proximidade e o vínculo com as famílias, assim como o conhecimento das realidades dos territórios foram essenciais para que o projeto alcançasse diferentes experiências de cuidado e se aproximasse das necessidades vivenciadas cotidianamente por quem cuida.

À APAE, nosso especial reconhecimento e agradecimento pela parceria que tornou possível a realização do Projeto Cuidando de Quem Cuida. Desde a construção da proposta até sua realização, sua disponibilidade, compromisso e cuidado estiveram presentes em cada etapa do percurso. A parceria estabelecida possibilitou transformar a proposta em encontros concretos de acolhimento, escuta, convivência e cuidado, garantindo às cuidadoras familiares um espaço pensado e conduzido com sensibilidade e respeito às suas experiências. A APAE foi parte essencial da construção deste projeto e dos aprendizados que dele permanecem.

À ADRA, nosso agradecimento pelo apoio à realização dos encontros, especialmente pela disponibilização de transporte e pelo suporte das/os educadoras/es no cuidado às pessoas com deficiência durante as atividades. Essa colaboração foi fundamental para viabilizar a participação das cuidadoras familiares nas Rodas, oferecendo condições para que pudessem estar presentes e vivenciar esse momento de escuta, troca e cuidado.

Ao Coletivo Articulando Redes, nosso especial agradecimento pela parceria na realização deste percurso, pela condução cuidadosa dos encontros e pelo compromisso com uma escuta sensível e respeitosa das experiências compartilhadas pelas cuidadoras familiares. A atenção dedicada ao acolhimento, aos registros e à sistematização das reflexões construídas ao longo do projeto foi fundamental para preservar a riqueza das experiências

e dos saberes compartilhados e transformá-los em aprendizados que poderão contribuir para o desenvolvimento das próximas ações.

Estendemos nosso reconhecimento às equipes técnicas, gestoras/es e demais profissionais que, de diferentes formas, contribuíram para a mobilização, organização e realização das atividades, acolhendo a proposta e colaborando para que os encontros se constituíssem como espaços de escuta, vínculo, reconhecimento e cuidado.

A todas que fizeram parte deste percurso, nosso carinho, reconhecimento e gratidão. Que as experiências compartilhadas no Projeto Cuidando de Quem Cuida contribuam para tornar cada vez mais visíveis as necessidades e os direitos das pessoas que cuidam e para fortalecer a construção de políticas públicas que reconheçam o cuidado como direito e responsabilidade coletiva.

Sumário

[1. Apresentação](#)

[2. Percurso metodológico](#)

[3. Síntese dos resultados dos encontros](#)

[3.1. Potências do cuidado e da política](#)

[Sentido e valor do cuidado](#)

[Impacto positivo dos serviços na vida das famílias](#)

[Potência das rodas como espaço de escuta](#)

[3.2. Desafios estruturais do cuidado](#)

[Sobrecarga e desigualdades estruturais](#)

[Fragilidades institucionais e da rede](#)

[Esgotamento no exercício do cuidado](#)

[4. Eixos estratégicos para a Política Municipal do Cuidado](#)

[4.1. Reconhecimento e valorização do cuidado](#)

[4.2. Rede de cuidado e intersetorialidade](#)

[4.3. Suporte às cuidadoras/es familiares](#)

[4.4. Ampliação e diversificação das ofertas de cuidado](#)

[4.5. Direito ao tempo, autonomia, trabalho e projetos de vida](#)

[4.6. Sustentação material do cuidado](#)

[5. Considerações finais](#)

1. Apresentação

A construção da **Política Municipal do Cuidado em Belo Horizonte** tem se apoiado na escuta de diferentes atores diretamente implicados na sustentação cotidiana do cuidado, reconhecendo que sua formulação e consolidação como política pública exigem diálogo permanente com as experiências concretas vividas nos territórios e comunidades. Nesse contexto, os projetos desenvolvidos em 2025 pela Política Municipal do Cuidado buscaram produzir subsídios técnicos e políticos a partir da escuta qualificada de cuidadoras/es familiares e de cuidadoras/es remuneradas/os vinculadas/os à rede socioassistencial do município.

O projeto *Cuidando de quem cuida: caminhos para novos projetos de vida e futuro para as/os cuidadoras/es familiares do PMC, SPEPDI e SPSPD* voltou-se às/aos familiares que exercem o cuidado de forma não remunerada, com foco na identificação de seus anseios, dificuldades, impactos da política pública em suas trajetórias, assim como nas potencialidades produzidas nos espaços coletivos de escuta.

O projeto foi realizado através de rodas de conversa, adotadas como estratégia metodológica de escuta, reflexão e sistematização de experiências, que permitiram, por um lado, reconhecer, nomear e visibilizar o cuidado familiar como um trabalho essencial para a sustentação da vida, e por outro, levantar demandas, nomear sofrimentos, compartilhar saberes, com o objetivo de contribuir com a construção da política de cuidado que se inicia no município de Belo Horizonte. A intervenção se pautou na crença de que o cuidado é um direito das famílias e uma responsabilidade pública. Os relatos produzidos ao longo do processo mostram que o cuidado ainda é atravessado por múltiplas desigualdades, sejam elas relacionadas às questões raciais, de gênero, classe, território, e por insuficiências institucionais, embora seja primordial para a sustentação da vida.

As recomendações aqui apresentadas partem de uma sistematização já realizada em dois produtos anteriores: um relatório parcial, em que foram descritos de maneira detalhada, os percursos, metodologias, análises e resultados encontrados, e um relatório final, com a síntese e principais destaques do processo. O presente relatório tem por objetivo sistematizar recomendações para a construção, elaboração e execução da Política Municipal do Cuidado do município, com base nas demandas, desafios e potencialidades identificados neste projeto.

O projeto teve como objetivo:

- Compreender as condições concretas de vida dessas/es cuidadoras/es;
- Identificar anseios, dificuldades e impactos do cuidado;
- Analisar o papel da política pública na sustentação desse cuidado;
- Reconhecer as potencialidades produzidas nos espaços coletivos de escuta.

Este documento está orientado **pelas vozes de quem cuida**, buscando contribuir para que a política em consolidação se estruture de forma mais próxima às realidades dos territórios e às necessidades das famílias. Este relatório procura organizar eixos estratégicos para o fortalecimento da política, tomando a escuta realizada em campo como fundamento para a formulação de diretrizes e prioridades.

2. Percurso metodológico

O presente relatório foi elaborado a partir dos processos de escuta realizados por meio de rodas de conversa com cuidadoras/es familiares acompanhadas/os pelas políticas públicas de Belo Horizonte, em especial pelo SUAS e pelo SUS. Os encontros foram realizados em diferentes unidades socioassistenciais, incluindo Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros-Dia e serviços vinculados ao Programa Maior Cuidado, ao Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosos (SPEPDI) e ao Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência no Domicílio (SPSPD). Cada grupo participou de dois encontros, com duração média de três horas, nos quais foram utilizadas técnicas que favoreceram a expressão das experiências cotidianas de cuidado, como descrito no relatório que sintetiza todo o processo e construções.

Ao todo, os encontros abrangeram as 09 regionais do município, reunindo majoritariamente mulheres, maioria delas negras, de diferentes faixas etárias, com trajetórias marcadas pela responsabilização pelo cuidado no âmbito familiar. A diversidade de experiências presentes nos grupos permitiu identificar padrões recorrentes, mas também particularidades relacionadas aos territórios, às condições de vida e às redes de apoio disponíveis.

Os registros produzidos a partir das rodas de conversa foram sistematizados em diários de campo, pelas mediadoras das rodas de conversa, que constituem a principal fonte de análise deste relatório. A partir desses registros, foram identificados e organizados os principais anseios, dificuldades, impactos da política pública e potencialidades do cuidado, compondo um conjunto de evidências que orientam as recomendações aqui apresentadas.

3. Síntese dos resultados dos encontros

A partir da sistematização dos diários de campo, da elaboração dos produtos a cada encontro e das metodologias que promoveram a fala e escuta dos participantes no projeto, foi possível identificar pontos sobre as experiências e significados atribuídos ao cuidado pelas/os participantes. Esta seção reúne e organiza esses achados, anteriormente apresentados de forma mais descritiva nos relatórios específicos, em blocos temáticos que permitem uma leitura mais integrada das questões emergentes.

A proposta desta síntese não é esgotar a diversidade das experiências relatadas, mas destacar elementos recorrentes que atravessam diferentes territórios, perfis de participantes e contextos de atuação. Ao reunir evidências provenientes tanto das/os cuidadoras/es familiares quanto das/os cuidadoras/es remuneradas/os, torna-se possível compreender o cuidado em suas múltiplas dimensões, evidenciando suas potências, seus desafios e as condições concretas em que é realizado.

Os conteúdos aqui apresentados constituem a base analítica para a construção das recomendações propostas neste relatório, permitindo que elas se sustentem nas experiências vividas e narradas pelas/os próprias/os cuidadoras/es, em diálogo com as dinâmicas institucionais e territoriais observadas ao longo do processo.

3.1. Potências do cuidado e da política

Sentido e valor do cuidado

Os relatos indicam que o cuidado, mesmo realizado em condições muitas vezes adversas, **é também fonte de sentido, reconhecimento e produção de vínculos**. No cotidiano dos territórios, o cuidado aparece como prática relacional fundamental para a sustentação da vida, **produzindo pertencimento e vínculos que vão além das tarefas realizadas**. No caso das/os cuidadoras/es familiares, o cuidado é frequentemente assumido como **responsabilidade diante da ausência ou insuficiência de suporte institucional**. Esse processo revela como o cuidado se organiza socialmente de forma desigual, recaindo majoritariamente sobre mulheres, muitas delas negras, o que evidencia o atravessamento das relações de gênero e raça na distribuição dessa responsabilidade. Ainda assim, emergem falas que expressam satisfação em cuidar, especialmente quando há reconhecimento por parte da pessoa usuária ou quando percebem efeitos positivos em sua qualidade de vida.

Impacto positivo dos serviços e programas na vida das famílias

Os relatos indicam que os serviços e programas da política de assistência social produzem impactos concretos na vida das pessoas usuárias e de suas famílias, especialmente na sustentação do cuidado no cotidiano. As políticas já existentes foram reconhecidas como fundamentais para garantir apoio nas atividades de vida diária, reduzir a sobrecarga das/os cuidadoras/es e possibilitar a permanência das pessoas usuárias em seus territórios, evitando institucionalizações. **Em muitos casos, a presença dos serviços e programas é o que viabiliza a continuidade do cuidado.**

As/os cuidadoras/es familiares destacaram que esse acesso possibilita a reorganização da rotina, ainda que de forma parcial, criando condições para realizar outras atividades, como trabalhar, resolver demandas pessoais ou simplesmente descansar. Também foram mencionados efeitos positivos na saúde e no bem-estar dos usuários, **a partir do acompanhamento mais próximo, do estímulo à convivência e da ampliação do acesso a outros serviços da rede**. Nesse sentido, a política pública aparece como elemento central na mediação entre as demandas de cuidado e as condições concretas de vida das famílias.

Ao mesmo tempo, os relatos evidenciam que esses impactos estão diretamente relacionados à presença efetiva dos serviços e programas nos territórios e à sua capacidade de resposta às demandas apresentadas. **Quando acessados, os serviços e programas são reconhecidos como suporte fundamental; quando insuficientes ou ausentes, a responsabilidade pelo cuidado recai integralmente sobre as famílias**. Isso reforça a importância de consolidar e ampliar as ofertas existentes, garantindo que o cuidado seja reconhecido e sustentado como responsabilidade pública, e não apenas como atribuição privada das famílias.

Potência das rodas como espaço de escuta

As rodas de conversa se mostraram um dispositivo potente de escuta e elaboração coletiva das experiências de cuidado. Em diferentes territórios, as/os participantes relataram que raramente têm a oportunidade de falar sobre o que vivem, **especialmente em espaços onde sua experiência é reconhecida e compartilhada com outras pessoas em situações semelhantes**. Ao longo dos encontros, foi possível observar um movimento

de construção de confiança, no qual falas inicialmente mais contidas deram lugar a relatos mais aprofundados sobre o cotidiano do cuidado.

Além disso, os relatos indicam que as rodas produziram efeitos concretos na forma como as/os cuidadoras/es se percebem e se posicionam em relação ao cuidado e ao seu lugar na política pública. Foram frequentes as falas de agradecimento e reconhecimento, o desejo de continuidade dos encontros e a valorização do espaço como momento de pausa, escuta e troca. Em alguns momentos, emergiram falas atravessadas por forte carga emocional, que puderam ser acolhidas no coletivo. A experiência aponta para a importância de **institucionalizar espaços permanentes de escuta como parte integrante da Política Municipal do Cuidado**, reconhecendo-os como dispositivos de apoio, elaboração e fortalecimento das/os cuidadoras/es.

3.2. Desafios estruturais do cuidado

Sobrecarga e desigualdades estruturais

Os relatos tornam visível uma sobrecarga significativa, que se expressa na **dedicação contínua, muitas vezes sem possibilidade de descanso, especialmente em situações de alta dependência do usuário**. Essas experiências revelam que o cuidado é atravessado por desigualdades estruturais, recaindo majoritariamente sobre mulheres, em especial mulheres negras, o que evidencia a articulação entre gênero, raça e classe na sua organização social como já discutido anteriormente. A sobrecarga não se distribui de forma igual, **sendo intensificada em contextos de maior vulnerabilidade e menor acesso a redes de apoio**. Nesse sentido, os relatos indicam que o cuidado não pode ser compreendido apenas como uma responsabilidade individual ou familiar, mas como uma questão social que exige respostas estruturadas por parte da política pública.

Fragilidades institucionais e da rede

Os relatos apontam **fragilidades na atuação da rede socioassistencial e na articulação com outras políticas públicas**, especialmente no que diz respeito à capacidade de resposta diante de situações complexas. Foram recorrentes as menções à falta de apoio dos serviços às famílias, à dificuldade de acesso a atendimentos de saúde e à ausência de acompanhamento contínuo em casos de maior gravidade. As cuidadoras/es familiares relataram situações em que se sentiram sozinhas/os para lidar com demandas que extrapolam o escopo do cuidado cotidiano, como violações de direitos, questões de saúde mental e conflitos familiares. Observou-se um quadro de desamparo relevante das famílias na sustentação do cuidado de pessoas dependentes, especialmente idosos e crianças e adolescentes com deficiência.

Também foram apontadas limitações na estrutura das unidades, como a ausência de proteção e apoio, além de dificuldades na comunicação e integração entre os serviços. Essas fragilidades impactam a efetividade da política pública nos territórios, comprometendo a continuidade do cuidado e a confiança das/os usuárias/os na rede. Os relatos indicam a necessidade de fortalecer a articulação intersetorial e garantir fluxos mais claros e responsivos, de modo a assegurar que as demandas identificadas no cotidiano do cuidado encontrem encaminhamento adequado nas instituições.

Esgotamento no exercício do cuidado

Os relatos evidenciam a presença de situações-limite no cotidiano do cuidado, marcadas por **contextos de alta dependência, ausência de rede de apoio e esgotamento físico e emocional das/os cuidadoras/es**. Foram mencionados casos em que o cuidado é exercido de forma contínua e solitária, especialmente quando a pessoa usuária demanda atenção integral ou quando há ausência ou afastamento de outros membros da família. Também apareceram situações em que a/o cuidadora/or envelhece junto com a pessoa cuidada, agravando as condições de sobrecarga e vulnerabilidade.

Além disso, foram relatados contextos em que as/os cuidadoras/es precisaram **abandonar o trabalho remunerado para assumir o cuidado, resultando em redução de renda e processos de empobrecimento das famílias usuárias**. Esses contextos revelam os limites dos arranjos familiares e institucionais atualmente disponíveis, evidenciando situações em que o cuidado deixa de ser sustentável sem suporte ampliado. Os relatos indicam que, diante dessas situações, as/os cuidadoras/es frequentemente permanecem sem alternativas, assumindo responsabilidades que ultrapassam suas condições físicas, emocionais e materiais. Isso aponta para a necessidade de que a política pública reconheça e responda a esses cenários de maior complexidade, garantindo suporte contínuo e estratégias específicas para situações em que o cuidado se expressa em forma de vulnerabilidade.

4. Eixos estratégicos para a Política Municipal do Cuidado

A partir dos achados reunidos ao longo dos encontros e sistematizadas nos relatórios, foi possível identificar um conjunto de direções prioritárias para a consolidação da Política Municipal do Cuidado. Os elementos apresentados pelas/os participantes apontam para a necessidade de organização das respostas institucionais, capazes de orientar tanto a formulação quanto a implementação da política.

Os eixos a seguir apresentados foram construídos com base na análise das demandas, desafios e potencialidades expressas pelas/os cuidadoras/es, articulando aspectos relacionados às condições de trabalho, ao reconhecimento do cuidado, à organização da rede de serviços e ao suporte necessário para a sustentação da vida cotidiana das famílias usuárias. Ao agrupar as recomendações em dimensões mais amplas, busca-se favorecer uma leitura integrada das necessidades identificadas, evitando a fragmentação das respostas e contribuindo para a construção de uma política mais consistente e articulada.

Os eixos não esgotam as possibilidades de ação, mas constituem um referencial para orientar decisões, prioridades e investimentos no âmbito da Política Municipal do Cuidado. Sua formulação está diretamente ancorada na escuta realizada em campo, reafirmando o compromisso de que a política em construção se estruture a partir das experiências concretas de quem cuida e de quem é cuidado.

4.1. Reconhecimento e valorização do cuidado

Os achados reunidos ao longo dos encontros indicam o cuidado como trabalho socialmente necessário, ainda pouco reconhecido em suas dimensões material, emocional e política. Tanto no caso das/os cuidadoras/es familiares quanto das/os cuidadoras/es remuneradas/os, o cuidado aparece como atividade que sustenta a vida cotidiana, mas que permanece invisibilizada ou desvalorizada. Nesse sentido, a construção da Política Municipal do Cuidado pode se beneficiar de estratégias que

reconheçam o cuidado como trabalho, ampliando sua visibilidade e incorporando suas especificidades nas diretrizes institucionais.

Os relatos também apontam para a importância de reconhecer as/os cuidadoras/es como sujeitos de direitos, considerando as desigualdades que atravessam essa atividade, especialmente de gênero, raça e classe. A predominância de mulheres, em sua maioria negras, no exercício do cuidado reforça a necessidade de que a política dialogue com essas dimensões estruturais. Assim, iniciativas que promovam o reconhecimento, a valorização e a proteção dessas/es trabalhadoras/es e familiares podem contribuir para enfrentar desigualdades históricas e fortalecer o cuidado como dimensão legítima da política pública.

Sugestões de ações

- Desenvolver campanhas públicas de valorização do cuidado;
- Garantir acesso prioritário das/os cuidadoras/es a políticas e serviços públicos;
- Produzir dados e mapeamentos sobre quem cuida no território;
- Incorporar ações específicas de enfrentamento às desigualdades de gênero, raça e classe.

4.2. Rede de cuidado e intersetorialidade

Os relatos indicam que muitas demandas vivenciadas no cotidiano do cuidado ultrapassam a capacidade de resposta de um único serviço, exigindo articulação entre assistência social, saúde e outras políticas. Foram frequentes as situações em que encaminhamentos realizados pelos CRAS ou pelas equipes não tiveram retorno, especialmente em casos relacionados à saúde mental, reabilitação e atendimentos especializados. Também apareceram dificuldades no acesso a consultas, terapias e serviços continuados, o que faz com que as/os cuidadoras/es permaneçam responsáveis por gerir situações complexas sem o suporte necessário.

Nesse contexto, a construção da Política Municipal do Cuidado pode construir fluxos mais definidos entre os serviços, garantindo acompanhamento dos encaminhamentos e maior continuidade no atendimento das famílias usuárias. Além disso, fica nítido que a articulação efetiva entre equipes e serviços torna o cuidado mais viável e menos solitário. Assim, o fortalecimento e integração entre assistência social e saúde e a ampliação da comunicação entre as unidades podem garantir respostas mais ágeis às demandas identificadas no território.

Sugestões de ações

- Definir fluxos institucionais padrões entre assistência social, saúde e demais políticas;
- Garantir acompanhamento e retorno dos encaminhamentos realizados;
- Criar protocolos de atendimento integrado para situações de maior complexidade;
- Fortalecer redes de cuidado no território, como as instituições, grupos e movimentos já existentes;
- Fortalecer a comunicação entre equipes e serviços (reuniões intersetoriais, canais diretos);
- Ampliar o acesso a serviços especializados (saúde mental, terapias integrativas);

- Estabelecer estratégias de corresponsabilização entre as políticas públicas no cuidado.

4.3. Suporte às cuidadoras/es familiares

Os relatos indicam que as/os cuidadoras/es familiares frequentemente exercem o cuidado de forma contínua, com pouco ou nenhum suporte sistemático, o que impacta diretamente sua saúde física, emocional e suas possibilidades de organização da vida. Foram recorrentes as menções ao cansaço, ao isolamento e à ausência de espaços para falar sobre o que vivem, especialmente em contextos de cuidado intenso e prolongado. Nesse sentido, a experiência das rodas de conversa foi apontada como um espaço importante de escuta e compartilhamento, indicando a relevância de iniciativas que garantam a continuidade de espaços coletivos de apoio.

Também apareceram demandas relacionadas à necessidade de suporte mais estruturado, como acompanhamento psicológico, orientações sobre o cuidado e acesso a benefícios que contribuam para a sustentação da vida cotidiana. Em muitos casos, as/os cuidadoras/es relataram dificuldades em acessar informações sobre direitos e serviços disponíveis, o que reforça a importância de fortalecer a comunicação e o acompanhamento pelas equipes. Assim, a política pode considerar a ampliação de estratégias de apoio contínuo às/os cuidadoras/es familiares, articulando escuta, orientação e proteção social de forma integrada.

Sugestões de ações

- Garantir espaços contínuos de escuta e apoio coletivo (grupos, rodas de conversa, oficinas psicossociais);
- Ofertar, quando necessário, acompanhamento psicológico para cuidadoras/es familiares;
- Disponibilizar orientações sistemáticas sobre o cuidado (formação, materiais, apoio técnico);
- Ampliar o acesso a benefícios e auxílios para cuidadoras/es familiares;
- Criar canais de informação acessíveis sobre direitos e serviços disponíveis;
- Fortalecer o acompanhamento das famílias pelas equipes da rede.

4.4. Ampliação e diversificação das ofertas de cuidado

Os relatos indicam que as ofertas atualmente disponíveis ainda são insuficientes para responder à diversidade de situações vivenciadas pelas famílias usuárias, especialmente nos casos de maior dependência ou necessidade de cuidado contínuo. Foram frequentes as menções à importância do Programa Maior Cuidado para a permanência da pessoa usuária no domicílio, ao mesmo tempo em que surgiram demandas pela ampliação do tempo de atendimento e do número de vagas. Também apareceram relatos sobre a necessidade de serviços que possam acolher diferentes níveis de dependência, incluindo situações mais complexas que exigem acompanhamento intensivo.

Além disso, foi recorrente a valorização e o apontamento para a necessidade de ampliação de unidades como Centros-Dia, entendidos como espaços que possibilitam não apenas o cuidado da pessoa usuária, mas também o descanso e a reorganização da rotina das/os cuidadoras/es familiares. Nesse sentido, a política pode se beneficiar da ampliação e

diversificação das ofertas de cuidado, considerando diferentes formatos de atendimento, públicos e intensidades de suporte. Os relatos apontam que a existência de alternativas ao cuidado exclusivamente domiciliar contribui para reduzir a sobrecarga e ampliar as possibilidades de organização da vida das famílias.

Sugestões de ações

- Ampliar o número de vagas e a cobertura do Programa Maior Cuidado;
- Expandir a carga horária dos atendimentos conforme a necessidade das famílias;
- Ampliar e fortalecer equipamentos como Centros-Dia;
- Desenvolver serviços para diferentes graus de dependência (grau I, II e III);
- Fortalecer redes de cuidado no território, como as instituições, grupos e movimentos já existentes;
- Criar modalidades diversificadas de cuidado (domiciliar, institucional parcial, comunitário).

4.5. Direito ao tempo, autonomia, trabalho e projetos de vida

Os relatos indicam que o cuidado, especialmente quando exercido de forma contínua e sem suporte, restringe significativamente o tempo disponível das/os cuidadoras/es, impactando suas possibilidades de descanso, convivência, inserção no trabalho e construção de projetos de vida. Foram frequentes as falas sobre a dificuldade de sair de casa, de realizar atividades pessoais e de manter vínculos sociais, além de situações em que a dedicação ao cuidado implicou o abandono de estudos, trabalho e outras dimensões da vida, produzindo trajetórias marcadas por interrupções, renúncias e dependência econômica.

Essa dinâmica mostra que o cuidado, tal como vem sendo sustentado, não apenas organiza o cotidiano, mas redefine os horizontes de vida das/os cuidadoras/es, limitando suas possibilidades de autonomia e participação social. Ao mesmo tempo, os encontros mostram que o desejo de retomar estudos, trabalhar, gerar renda e reconstruir projetos próprios permanece presente, ainda que frequentemente adiado diante da ausência de suporte para conciliar o cuidado com outras dimensões da vida.

Nesse contexto, torna-se fundamental que a política pública reconheça o direito ao tempo, ao trabalho, ao lazer e à construção de projetos de vida como dimensões indissociáveis da sustentação do cuidado. Isso implica desenvolver estratégias que ampliem as condições concretas para que as/os cuidadoras/es possam não apenas cuidar, mas também viver outras possibilidades de existência, sem que o cuidado se torne um limite absoluto às suas trajetórias.

Sugestões de ações

- Ampliar serviços como Centros-Dia e atendimentos temporários;
- Ofertar apoio temporário ao cuidado para viabilizar a participação em atividades, atendimentos e espaços coletivos;
- Desenvolver programas de inserção no trabalho e geração de renda;
- Ofertar formação, qualificação profissional e apoio à retomada de estudos;
- Criar estratégias que permitam conciliar cuidado e trabalho;
- Incentivar o acesso a atividades de lazer e convivência;

- Mapear redes e instituições de cuidado no território;
- Incorporar o direito ao tempo como diretriz na organização dos serviços;
- Reconhecer o direito das/os cuidadoras/es a projetos próprios de vida.

4.6. Sustentação material do cuidado

A sustentação material do cuidado se apresenta como um eixo fundamental para o fortalecimento da política pública. Isso implica não apenas ampliar benefícios e transferências de renda, mas também desenvolver incentivos específicos para cuidadoras/es familiares, considerando as condições concretas em que o cuidado é realizado. Também se coloca como necessário garantir o acesso prioritário dessas/es cuidadoras/es a serviços e políticas públicas, reconhecendo a centralidade de seu papel na rede de proteção social.

Além disso, os relatos apontam para a importância de construir estratégias diferenciadas de apoio financeiro para famílias em situação de cuidado intensivo, nas quais a dependência é maior e a sobrecarga se intensifica. Ao incorporar essa dimensão, a política avança no reconhecimento de que o cuidado não pode ser sustentado exclusivamente pelas famílias, exigindo corresponsabilidade do Estado na garantia de condições materiais que tornem esse trabalho possível e menos desigual.

Sugestões de ações

- Ampliar benefícios financeiros e transferências de renda;
- Criar incentivos específicos para cuidadoras/es familiares;
- Reconhecer o cuidado como trabalho socialmente necessário;
- Garantir acesso prioritário das/os cuidadoras/es a políticas públicas e serviços;
- Desenvolver estratégias de apoio financeiro para famílias em situação de cuidado intensivo.

5. Considerações finais

O presente relatório mostra que o cuidado, embora constitua uma dimensão fundamental para a sustentação da vida, ainda se organiza de forma profundamente desigual e, muitas vezes, invisibilizada nas políticas públicas. A escuta das/os cuidadoras/es familiares revelou os desafios estruturais que atravessam o cuidado, como sobrecarga, solidão e fragilidades institucionais, mas também suas potências, expressas na sustentação da vida, na construção de vínculos, na produção de sentidos e na capacidade de viver o cotidiano mesmo em contextos adversos.

As experiências reunidas apontam para a necessidade de que a Política Municipal do Cuidado se consolide como uma política transversal, intersetorial e territorializada, capaz de articular diferentes respostas institucionais e reconhecer o cuidado como trabalho, como direito e como responsabilidade pública compartilhada. Faz-se necessário, além da ampliação das ofertas, reorganizar a forma como o cuidado é compreendido e reconhecido, incorporando as dimensões de gênero, raça e classe que estruturam sua distribuição social.

Ao longo do processo, também se destacou a importância da participação social como fundamento para a construção da política, reafirmando que as experiências de quem cuida devem ocupar lugar de referência na definição de prioridades, estratégias e

investimentos. Nesse sentido, este relatório não se encerra como um produto final, mas se apresenta como um instrumento de diálogo e incidência, que pode contribuir para a continuidade do processo de construção coletiva da Política Municipal do Cuidado.

Por fim, as recomendações aqui sistematizadas buscam oferecer subsídios para qualificar esse processo, indicando caminhos possíveis a partir das evidências produzidas. Sua efetivação dependerá da capacidade de articulação entre gestão, serviços, trabalhadoras/es e usuários/as, bem como do compromisso institucional com a valorização do cuidado como elemento estruturante para a garantia de direitos e para a construção de uma cidade mais justa e sustentável para todas as pessoas.